

---

Messner, Sabine e Wolf, Michaela. *Mittlerin zwischen den Kulturen – Mittlerin zwischen den Geschlechtern? – Studie zur Theorie und Praxis feministischer Übersetzung*, Graz: Institut für Translationswissenschaft – Universität Graz, 2000, 101 pp. e Grbiæ, Nadja e Wolf, Michaela (org.). *Grenzgängerinnen – Zur Geschlechterdifferenz in der Übersetzung*, Graz: Institut für Translationswissenschaft – Universität Graz, 2002, 211 pp.

---

A primeira publicação aqui apresentada (Messner/Wolf) é uma versão extensa do relatório de um projeto de pesquisa intitulado “Integração de teoria e prática da tradução feminista”, financiado por um fundo do Banco Central da Áustria e realizado na Universidade de Graz. Com o trabalho, as duas autoras pretendem contribuir para a visibilidade de tradutoras e para a reflexão crítica do papel da tradução feminista (12).

Inicialmente, o volume relata a situação atual da tradução feminista como disciplina acadêmica, o segundo capítulo se dedica à teoria da tradução feminista, a terceira parte

tenta documentar a prática da mesma, e os últimos capítulos relatam como várias instituições lidam com a perspectiva feminista da tradução. Finalmente, a publicação informa sobre *sites* da internet relacionados com o assunto e oferece uma bibliografia abrangente.

O livro, que em nenhum lugar define o que são estudos feministas da tradução, denomina como fio condutor da pesquisa a “identidade da mulher como tradutora”. Sabine Messner e Michaela Wolf partem do pressuposto de que a identidade das tradutoras mudou essencialmente nas últimas décadas: elas não se reconhecem mais como reprodutoras mas como produtoras. A auto-estima elevada das tradutoras se reflete em estratégias inovadoras da tradução. A tradução feminista quer que as traduções sejam “*fraueneinbindend*” (47; integradoras da perspectiva feminista), “*geschlechtsneutral*” (47; neutras a respeito do sexo), “*feministisch*” (47; feministas), “*frauenorientiert*” (49; orientadas pela perspectiva das mulheres), “*geschlechtergerecht*” (48; adequadas a respeito do sexo), “*nichtsexistisch*” (77; sexualmente corretas), “*frauenfreundlich*” (47; simpáticas à perspectiva das mulheres).

A tradução feminista tem uma perspectiva muito prática. Trata-se,

na verdade, de uma lingüística feminista aplicada à tradução. Um dos aspectos pesquisados, por exemplo, é como um texto se dirige ao leitor e – à leitora. Nos países de língua alemã é comum começar uma carta comercial usando as duas formas de tratamento, por exemplo: “Prezadas senhoras, prezados senhores”. Existem, além disso, formas morfológicas inovadoras para garantir a inclusão dos dois gêneros, por exemplo o “I” maiúsculo em “*FreundInnen*” o que significa “*Freunde*” (a forma masculina) mais “*Freundinnen*” (amigas). Isso é uma mera estratégia de redação que se transforma numa estratégia de tradução. “Como lidar com este fenômeno?” É uma questão legítima da lingüística e também dos estudos da tradução. Mas talvez o assunto não seja suficientemente relevante, a ponto de justificar a implementação de uma nova área ou subárea.

As autoras falam muito da visibilidade das tradutoras – aqui entra em jogo a visibilidade do resenhista. O livro confirma a minha impressão de que o tema é marginal. Reconheço que estruturas lingüísticas podem ser, ou melhor: são desequilibradas a respeito do gênero e refletem mecanismos de poder definidos por homens. Reconheço também que vale a pena adaptar a

língua a uma situação nova, ou seja a uma sociedade com menos discriminação sexual. Defender a proposta de uma língua sexualmente mais justa é o dever de qualquer uma pessoa que trabalha com língua. As deficiências da língua que, muitas vezes, refletem um machismo histórico, merecem uma conscientização de todos e todas. Discriminação lingüística não é uma maldade androcêntrica mas fruto indesejável de processos extra-lingüísticos. A questão básica é a mesma que fundamentou o marxismo: existência ou consciência? Queremos garantir salários dignos para tradutoras e tradutores ou queremos inovar pronomes pessoais?

Volto ao livro de Sabine e Michaela. O retorno dos questionários que as pesquisadoras tinham mandado para tradutoras bem como instituições que trabalham com tradução, ou melhor: o não-retorno de muitos deles, é um indício de que mesmo pessoas e instituições que trabalham profissionalmente com tradução não deram importância ao assunto. A conclusão básica das autoras, então, é, na verdade, uma esperança – a esperança que haja uma certa sensibilização, uma certa conscientização (49).

A fluência da leitura do livro é prejudicada pelos inúmeros recur-

sos de visualização, “pizzas” e “tortinhas” que, em sua grande maioria, são completamente inúteis. Não vejo necessidade de visualizar uma proporção simples como, por exemplo, “nome do tradutor informado 68,6 %” e “nome do tradutor não informado 31,4 %” (69). Com certeza, esses recursos constituem instrumentos adequados para aumentar a legibilidade de dados, quando usados com parcimônia. Contudo, no caso de dois itens (“informado” e “não informado”) de proporção clara, a redundância parece significar uma subestimação gritante da capacidade de compreensão do leitor.

Um problema mais sério é a representatividade mínima de quase todos os dados apresentados na pesquisa. Dos 21 questionários enviados a instituições de formação de tradutores e intérpretes somente dez retornaram e apenas oito foram válidos para uma avaliação (38). As autoras entraram em contato com 85 escritórios, empresas de tradução, mas apenas 12 % deles responderam (50). Dos dez contatos com associações, corporações e sindicatos de tradutores somente três entraram na avaliação (59). As autoras comentam o desinteresse das instituições pelos questionários (enviados aos escritórios) e elas mesmas

se perguntam se o resultado do inquerito pode ser considerado representativo” (50). É óbvio que os dados *não* são representativos e acredito que esse fato esteja relacionado com a apresentação dos dados. Ilustro minha opinião com base, por exemplo, nos critérios arrolados no questionário a serem observados na contratação de novos tradutores. O critério “que o candidato seja bilíngüe” foi marcado por 12,5 % das empresas. 12,5 % - quem não conhece o contexto metodológico da pesquisa, até fica impressionado: 12,5 % das empresas que oferecem serviços de tradução têm como critério de seleção uma preferência por pessoas bilíngües. O diagrama do tipo Excel sublinha a importância dos dados. No entanto, quem lê os dados com atenção percebe que 12,5 % equivalem a respostas de duas (!) empresas (de um total de oito). Assim, as tortinhas, na verdade, escondem a falta de dados ao invés de trazer clareza à interpretação dos mesmos.

Uma das autoras, Michaela Wolf, publicou, junto com Nadja Grbiæ, um outro livro que também foi lançado pela Universidade de Graz. O livro se chama “Grenzgängerinnen – Zur Geschlechterdifferenz in der Übersetzung”, que resenho a seguir.

“Grenzgängerinnen” é uma coletânea de onze artigos escritos por onze mulheres, pesquisadoras recém-formadas (o autor do prefácio curto é um homem). Diferentemente do relatório do projeto, o livro é altamente interessante. As organizadoras subdividem o livro em três categorias temáticas: “Risco e ganha-pão: Tradutoras nos séculos XVIII e XIX” com três contribuições; “Identidades divergentes: Mulheres no original e na tradução” com quatro artigos; “O olhar ao estrangeiro: Construções do outro através da tradução” com quatro trabalhos.

Na sua maioria, os artigos analisam traduções literárias. A diversidade das línguas consideradas constitui um aspecto favorável: as autoras escrevem sobre literatura traduzida do italiano, do inglês, do russo e do árabe – sempre para a alemão. Com exceção de um ensaio em inglês, os artigos são escritos em alemão.

Considerando a dificuldade de resenhar onze artigos em mil palavras sem negligenciar um ou outro, eu optei pela solução de relatar os títulos dos trabalhos junto com as idéias centrais.

Ulrike Walter trabalhou sobre “As origens do trabalho tradutório feminino em torno de 1800” e se surpre-

ende com o fato de que o universo dos profissionais de tradução do período era constituído principalmente por mulheres – não obstante, os homens é que aparecem na historiografia da tradução. A pesquisa tenta redescobrir as pistas históricas da tradução feita por mulheres, a tradução entendida, em primeiro lugar, como meio de subsistência e de profissionalização das mulheres. O excelente trabalho apresenta valiosas informações sociológicas sobre a produção literária, o mercado editorial, a tradução como produto comercial (a tradução era mais barata do que o original; ainda não se tinha noção de direitos autorais; os tradutores cobravam muito menos do que autores de originais; as línguas de partida não eram mais Latim e Grego mas Inglês e Francês). O capítulo sobre “Mulheres e trabalho em torno de 1800” traz informações curiosas sobre a condição feminina naquele período. Em síntese, as autoras procuram apresentar como “a tradução consistiu numa das primeiras profissões para mulheres das classes média e alta, pois não exigia a ruptura com o papel tradicional da mulher” (27)

Petra Stacherl retrata no seu trabalho seis tradutoras italianas dos séculos XVIII e XIX (Luisa Bergalli Gozzi, Elisabetta Caminer Turra, Eleonara de Fonseca Pimental, Te-

resa Carniani Malvezzi, Edvige de Battisti de Scolari e Anna Maria Mozzoni) e analisa o reflexo do fato de serem mulheres nas estratégias de tradução. Ela trabalha basicamente com para-textos (prefácios e dedicações). A leitura dessas biografias subverte a falsa noção de que Madame de Staël constituiu um exemplo *sui generis* de mulher culta dentro da cultura europeia do seu tempo.

Daniela Kober escreve a respeito da “aventura de uma extraordinária auto-tradução”, referindo-se à “Goethe’s Briefwechsel mit einem Kinde” (Correspondência de Goethe com uma criança) da escritora Bettina von Arnim (1785-1859), amiga do escritor Johann Wolfgang von Goethe e do filósofo Friedrich Schleiermacher, com uma tradução para o inglês empreendida pela própria autora. Kober relaciona a tradução de Bettina com um trecho central da teoria da tradução de Schleiermacher e contextualiza com pertinência o trabalho da autora/tradutora: “Alemanha do Romantismo Tardia”; “Inglaterra no século XIX”; “Perfil profissional das tradutoras no Romantismo”. A obra da Bettina, composta essencialmente por 67 cartas trocadas entre ela e Goethe, é uma poetização desta correspondência. A tradutora escolhida no primeiro momento, Sarah

Austin, sugere uma tradução parcial da obra o que enfurece a poeta alemã. Como Bettina não queria conceder “unlimited power of abridgement” (54) à tradutora inglesa Sarah Austin, essa acaba se recusando a fazer a tradução. Não há provas sobre quem teria, finalmente, traduzido os dois primeiros volumes da trilogia para o inglês; é provável que tenham sido estudantes ingleses supervisionados por Bettina que, detalhe digno de nota, não dominava o idioma. Mesmo assim, o terceiro volume da obra é traduzido por ela. O objetivo de Bettina, ou melhor: sua pretensão é nada menos do que a invenção de um novo inglês. “Goethe’s Correspondence with a Child” é, segundo a avaliação da Daniela Kober, legível, compreensível, inovador e, mais do que a mera tradução de um original, uma segunda obra original.

O artigo de Susanne Schwab analisa duas traduções do romance “Una donna”, de Sibilla Aleramos. Ela postula que tradutores e tradutoras não podem (nem querem) atuar de forma neutra, pois eles e elas vivem e trabalham numa determinada situação social, política e cultural que causa um impacto sobre sua perspectiva do mundo (69). A posição de Schwab é a mais radical nesta coletânea. Na parte teórica a

autora se baseia na teoria da opressão do feminino e, em particular, da sexualidade feminina nas culturas ocidentais. Seria necessária uma nova definição da diferença feminina, condição indispensável para subverter o “phallocentrismo dominante” (77). Junto com Flotow a autora postula um trabalho contra-tradicional, agressivo e criativo contra a opressão de mulheres (80). Em grande parte, o texto permite ser lido como manifesto feminista e o que a autora chama de prova às vezes é apenas um traço, uma pista, um indício, uma impressão.

Rahel Kunz trabalhou sobre o original e duas traduções do romance “Women in Love” de D. H. Lawrence, traduções publicadas, aliás, na mesma editora (a segunda apenas cinco anos depois da primeira). A autora tenta desconstruir a premissa de que tradução bem-feita é aquela cujo tradutor/a tenha o mesmo sexo do autor/a. Mais do que o sexo biológico, ela postula características semelhantes (“Gendereigenschaften”, 96) como significativas. No resumo, Rahel parece segura de ter demonstrado sua hipótese. Uma afirmação complexa como essa, no entanto, exigiria mais do que a comparação entre duas traduções de um romance como argumento para se sustentar.

Sabine Messner, por sua vez, em “A linguagem feminina nas mãos de homens” critica a tradução para o alemão do romance “Lettera a um bambino mai nato” da jornalista e escritora italiana Oriana Fallaci (nota: que, aliás, acabou de publicar o livro “La Forza della Ragione” (“A Força da Razão”, ainda sem tradução no Brasil) no qual acusa o Islã de ser uma ameaça para o mundo inteiro!) Messner se concentra na análise de uma linguagem masculina, ou seja, politicamente incorreta por parte do tradutor alemão. Ela acha que a abordagem do *re-reading* pode ajudar na identificação das tendências machistas da tradução.

Alexandra Mlakar, em “Talking smart?”, estuda um romance policial da autora Sara Paretsky e a respectiva tradução para o alemão. Depois de reflexões mais genéricas sobre o gênero do romance policial e sobre a tradução feminista, Mlakar apresenta uma análise de trechos da tradução e chega à conclusão de que a tradução não consegue reproduzir certas mensagens feministas da autora Sara Paretsky.

A última seção do livro reproduz artigos

-de Elisa Giovannini sobre “Italy” de Lady Morgan (= Sydney Owenson);

-de Martina Hofer sobre “Nenhuma literatura feminista sem editoras? O papel de editoras de língua alemã para a tradução de literatura especificamente feminista”;

-de Lissa Gartler sobre “Hamidas Geschichte” da autora egípcia Nawal El Saadawi (uma aplicação das categorias de Venuti) e, finalmente

-de Sigrun Buchreiter sobre “Šepot šuma” da autora russa Valerija Narbikova e também sobre a respectiva tradução para o alemão.

Todos os artigos fazem referências a bibliografias abrangentes, e o livro fecha com as biografias das colaboradoras e índices. Tecnicamente o livro é bem feito, o uso das fontes de várias línguas (russo, árabe) é louvável. As posições das autoras são as posições das autoras, ou seja, pode-se discordar de algumas das argumentações às vezes radicais, às vezes pouco aprofundadas. Com certeza, a leitura do livro ressalta uma perspectiva (ainda) nada comum nos Estudos da Tradução no Brasil, e que é fundamental para o entendimento feminista.

Werner Heidermann

UFSC